VENEZUELA

O QUE REPRESENTOU HUGO CHÁVEZ?

» Até onde foi o anti-imperialismo de Chávez?

» A Venezuela caminhou em direção ao socialismo?

» Qual o futuro do chavismo?

[Págs. 7 a 10]

Opinião Socialista

PSTU

WWW.PSTU.ORG.BR NÚMERO 457 ▸ 13 A 26 DE MARÇO DE 2013 ▸ ANO 17

R$ 2

MOVIMENTO

24 DE ABRIL: TODOS A BRASÍLIA!

ESPECIAL MULHERES

Regulamentar a prostituição é legalizar a exploração sexual

INTERNACIONAL

Bolívia: congresso funda Partido dos Trabalhadores

■ **DE DITADOR... -** Documentos secretos dos ex-ministros das Relações Exteriores revelam que a ditadura brasileira deu uma ajuda financeira de US$ 115 milhões à ditadura chilena de Augusto Pinochet.

■ **... PARA DITADOR –** O relatório considerado "secreto" e "urgente", de outubro de 1976, afirma que o Brasil prestava "importante ajuda". Em valores atualizados, o valor corresponderia a R$ 1,3 bilhão.

ATRASO HISTÓRICO

Quase 150 anos após o presidente Abraham Lincoln e o Congresso norte-americano terem abolido a escravidão nos Estados Unidos, o estado de Mississippi ratificou a 13° Emenda Constitucional e, assim, oficializou a liberdade dos negros. O Mississippi é notório conhecido pelo racismo e perseguição aos negros. Com o fim da Guerra Civil norte-americana (1861 - 1865), os estados do Sul foram obrigados a por fim a escravidão. Mas o Mississipi só ratificou a 13º emenda em 1995. Como não notificou oficialmente ao Registro Federal, órgão do governo da União, a decisão não era oficial.

PÉROLA

O casamento civil neste país é entre homem e mulher. E ponto final.

PASTOR MARCO FELICIANO (PSC-SP), novo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara.

CHARGE

SYRIA

ESPIÃO DE BELO MONTE

O Consórcio Construtor de Belo Monte contratou um agente para espionar integrantes do movimento Xingu Vivo para Sempre e trabalhadores envolvidos em greves na Usina Hidroelétrica de Belo Monte. O espião foi surpreendido enquanto registrava com uma caneta espiã escondida uma reunião da entidade na cidade de Altamira (PA). Imediatamente, os integrantes do movimento gravaram em vídeo a confissão do agente que era funcionário da empresa e disse que era pago para monitorar as lideranças. O agente afirma ter sido contratado pela equipe de segurança pelo valor de R$ 5 mil mensais. Segundo o Xingu Vivo, a espionagem contribuiu com a prisão de cinco acusados de terem comandado a última revolta de trabalhadores nos canteiros da usina.

EXPLORAÇÃO SEXUAL

A construção da usina de Belo Monte também está cercada de denúncias sobre violações de direitos humanos. No mês passado, 32 mulheres, entre elas uma menina de 16 anos, foram libertadas de casas de prostituição próximas a um canteiro de obras na cidade de Altamira (PA). Elas eram vítimas de exploração sexual, decorrente da construção da barragem. A descoberta traz à luz uma rede de tráfico humano para exploração sexual.

GUARANI KAIOWÁ

Um jovem indígena Guarani Kaiowá foi encontrado baleado no dia 17 de fevereiro em uma estrada que separa uma aldeia localizada em Caarapó (MS) de fazendas da região. Denilson Barbosa, de apenas 15 anos, e mais dois jovens saíram para pescar, mas ao passarem próximo de um criadouro de peixes, na fazenda Sardinha, foram abordados por homens armados. Na tentativa de correr, Denilson teria ficado preso no arame farpado de uma cerca. Alcançado pelos pistoleiros, o adolescente foi agredido e assassinado. O fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves confessou à polícia ter atirado no jovem. Mas após seu depoimento ele foi liberado.

FINANCIANDO A BANDA

O governo federal vai financiar a expansão e reestruturação das empresas privadas que prestam serviços de banda larga. Por meio de desoneração, o governo vai deixar de arrecadas R$ 6 bilhões em impostos para permitir as empresas investir no setor. O incentivo fiscal está previsto na Lei 12.715, em vigor desde setembro do ano passado. O setor é um dos campeões em reclamação devido ao péssimo serviço prestado pelas empresas privadas. Segundo o PROCON, em agosto de 2012 as queixas contra as empresas de telefonia cresceram até 60%.

Assine o jornal Opinião Socialista

DADOS PESSOAIS

Nome ______
CPF ______
Endereço ______
______ Bairro ______
Cidade ______ UF ______ CEP ______
E-mail ______
Telefones ______

ASSINATURA

☐ Renovação automática ○ R$ 12 (todo mês) ○ Solidária: ____
☐ Semestral ○ R$ 30 ○ Solidária: ____
☐ Anual ○ R$ 50 ○ Solidária: ____

PAGAMENTO

☐ Dinheiro / cheque
☐ Cartão de crédito
○ VISA ○ MASTERCARD ○ AMERICAN EXPRESS ○ AURA
Nº ______ Cód. Segurança ______ Validade ____ ____ (Mês / Ano)
☐ Débito em conta corrente
○ BANCO DO BRASIL ○ SANTANDER ○ CEF Operação: ______
Agência ______ Conta ______ Data do mês para débito: ______

Entregue o formulário preenchido a um militante, assine pelo site (www.pstu.org.br/assinaturas) ou envie por carta à sede do PSTU (Av. 9 de Julho, 925, Bela Vista, São Paulo, SP CEP 01313-000) assinaturas@pstu.org.br (11) 5581.5776

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary

EDITOR
Eduardo Almeida Neto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Jeferson Choma, Raiza Rocha, Luciana Candido, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Thiago Mhz, Victor "Bud"

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

ASSINATURAS
(11) 5581-5776
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

Com todo o respeito, não somos chavistas

A morte de Chávez é um fato que já pode ser considerado parte da história da América Latina. A comoção que se abate sobre o povo venezuelano e boa parte da vanguarda latino-americana expressa a importância que o ex-presidente venezuelano teve no continente. A maioria das correntes de esquerda já apoiava Chávez. No momento de sua morte, o coro dos apoiadores ampliou-se ainda mais.

Respeitamos a dor e a comoção dos que apoiam Chávez. Mas não nos somamos a esse coro. Muitas vezes é necessário saber ser minoria em defesa de princípios. É a única maneira de batalhar depois pela maioria com clareza.

Existe uma parte dos ativistas que apoia Chávez e Lula. Acham que esses governos avançaram no que é possível, com melhorias sociais que seriam impossíveis com governos da direita.

Respeitamos a posição desses ativistas. Mas não pensamos assim. Por quê? Porque seguimos sendo socialistas e anti-imperialistas.

A América Latina viveu um grande período de lutas no início desse século que levou a derrota por meio de rebeliões populares e eleições de boa parte dos governos da direita no continente. Nunca em nossa história houve tantos governos ditos "de esquerda" como Chávez e Lula, incluindo países como Argentina, Uruguai, Bolívia, El Salvador e Nicarágua. Já estiveram também nessa onda Paraguai e Chile, agora novamente com governos de direita.

Com esses governos foi abaixo a eterna desculpa reformista da impossibilidade de avançar pelo "isolamento dos setores progressivos". Caso Chávez e Lula quisessem, a América Latina teria pegado fogo em uma histórica mobilização anti-imperialista e anticapitalista. Bastaria que esses governos se recusassem a pagar a dívida externa para mudar a situação do continente. Se expropriassem as multinacionais que controlam a economia de nossos países gerariam uma onda revolucionária superior a que hoje sacode o Norte da África e Oriente Médio.

Mas eles se limitaram a aplicar programas sociais compensatórios – o Bolsa Família no Brasil, as Missões na Venezuela - para reduzir a pobreza. Estes planos foram sugeridos pelo Banco Mundial para compensar a brutal desigualdade que acompanhava os ajustes neoliberais. E são aplicados em toda América Latina, também pelos governos de direita.

Não nos guiamos pelos discursos de Lula, tampouco pelos de Chávez. O Brasil continua sendo controlado pelas multinacionais que ganham lucros altíssimos no governo Lula, tanto ou mais que recebiam com FHC no governo. A Venezuela também segue controlada pelas multinacionais. A Exxon Mobil, a Chevron Texaco e a Repsol seguem produzindo o petróleo venezuelano. As grandes empresas privadas mantiveram o controle da economia mesmo com Chávez. Uma prova disso é o desabastecimento e a inflação presentes no país.

Mas, dirá uma parte da vanguarda que "Chávez não é igual a Lula". Chávez sim, segundo esses companheiros, seria um verdadeiro governo anti-imperialista.

É verdade que Chávez e Lula têm uma origem diferente. Existiu uma situação revolucionária na Venezuela ocasionada pelo Caracazo, uma insurreição popular em 1989, que dividiu as Forças Armadas. Uma situação mais avançada da luta de classes que levou a um governo nacionalista burguês de Chávez, distinto dos governos do PT abertamente pró-imperialistas surgidos de uma situação muito mais controlada da luta de classes.

Por esse motivo, o governo Chávez realizou um pouco mais de concessões às massas e imprimiu um discurso diferente de Lula e Dilma. Na Assembleia da ONU, Chávez comparou Bush ao diabo. No mesmo período, Lula se dizia "amigo de Bush". Sim, os discursos dos dois eram bem diferentes. Os discursos, não os atos.

A dura verdade é que a economia venezuelana não tem diferenças em relação à brasileira no que toca ao controle das multinacionais. O nacionalismo burguês de Chávez, ao não romper com o imperialismo, não mudou a situação da Venezuela. Nessa edição, vamos demonstrar que a situação dos trabalhadores venezuelanos é bem semelhante a dos brasileiros. E o petróleo venezuelano, com as nacionalizações de Chávez que mantiveram a parceria com as multinacionais, não difere em praticamente nada da situação do petróleo brasileiro.

Algumas correntes de esquerda no Brasil dizem que Chávez é diferente de Lula por "mobilizar as massas". Mas a que tipo de mobilização se referem? A heróica luta das massas venezuelanas contra o golpe de 2002? Sim, se o imperialismo quiser invadir a Venezuela estaremos juntos neste tipo de mobilização. Mas essa não é a realidade hoje. Nem o imperialismo nem a oposição burguesa apostam em golpes, mas sim no desgaste do governo chavista e em eleições futuras.

Já as mobilizações salariais, como as greves operárias, são sistematicamente reprimidas na Venezuela, com seus dirigentes presos e (não raro) mortos. Os sindicatos são em sua maioria atrelados ao Estado e imobilizados.

Na política internacional, existem poucas diferenças reais. Mesmo em relação aos EUA, Chávez mudou o discurso e disse que "votaria em Obama" se fosse norte-americano.

Nem o governo brasileiro nem o venezuelano apoiam as mobilizações dos trabalhadores e jovens contra os governos europeus. No Norte da África e Oriente Médio, o governo brasileiro não toma nenhuma medida realmente a favor dos povos em luta. Já Chávez apoiou vergonhosamente as ditaduras assassinas de Kadafi, na Líbia, e agora de Assad, na Síria.

Existe uma incoerência nos que romperam com Lula, mas seguem apoiando Chávez. O governo venezuelano, nacionalista-burguês, não deixa de ser burguês. O de Lula não é nacionalista, sendo igualmente burguês.

Nós seguimos sendo socialistas e anti-imperialistas, contra os governos burgueses de direita ou "de esquerda". Por isso não somos lulistas e nem chavistas. ■

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - maceio@pstu.org.br | pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Rua Professor Tostes, 1282 - CEP. 68900-030. Bairro Santa Rita. Tel: (96) 3224.3499 | macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823 - Centro. (92) 234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, sala 301 - Centro. (71) 3015.0010 pstubahia@gmail.com pstubahia.blogspot.com
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056
fortaleza@pstu.org.br

JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel.
(88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul.
(61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br
pstubrasilia.blogspot.com

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário.
(62) 3541.7753 | goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo.
(98) 8812.6280/8888.6327
saoluis@pstu.org.br
pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto.
(67) 3331.3075/9998.2916 campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Av. Paraná, 158 - 3º andar - Centro. (31) 3201.0736 | bh@pstu.org.br | minas.pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724

ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 -
Bairro Avenida. (35) 8402.1647

JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629 | uberaba@pstu.org.br

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825

belem@pstu.org.br

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368.
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - Av. Vicente Machado, 198, C, 201. Centro

MARINGÁ - R. Castro Alves, 269 - Jd. Panorama. Sarandi-PR. (44) 9963-5770 | (44) 9944-2375

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410
pernambuco@pstu.org.br www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421.
teresina@pstu.org.br
pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458
riodejaneiro@pstu.org.br | rio.pstu.org.br

MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro. d.caxias@pstu.org.br

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308 - Centro.
niteroi@pstu.org.br

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé.
(22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro

VALENÇA - sulfluminense@pstu.org.br

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado.
(24) 3112.0229 | sulfluminense@pstu.org.br | pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Rua Letícia Cerqueira, 23, Cidade Alta. (84) 2020.1290. natal@pstu.org.br.
psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 - Porto Alegre.
(51) 3024.3486/3024.3409
portoalegre@pstu.org.br
pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105 - Morada do Vale I. (51) 9864.5816

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180

SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722

SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831
floripa@pstu.org.br

CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579
pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO - saopaulo@pstu.org.br

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604

ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 - São Miguel. (11) 7452.2578

ZONA SUL - R. Amaro André, 87 - Santo Amaro. (11) 6792.2293

ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 7071.9103

BAURU - R. Antonio Alves, 6-62 - Centro. CEP 17010-170.
bauru@pstu.org.br

CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672 | campinas@pstu.org.br

GUARULHOS - R. Harry Simonsen, 134, Fundos - Centro. (11) 2382.4666
guarulhos@pstu.org.br

MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213 - Centro. (11) 9987.2530

PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, sala 5 - Jardim Caiçara. (18) 3221.2032

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos.
(16) 3637.7242 | ribeirao@pstu.org.br

SANTOS - R. Júlio de Mesquita, 16 - Vila Mathias.
(13) 8168.7588 | santospstu@gmail.com
pstusantos.blogspot.com.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro.
(11) 4339.7186 | saobernardo@pstu.org.br
pstuabc.blogspot.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845 | sjc@pstu.org.br

EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917, sobreloja - Pq. Pirajuçara. (11) 4149.5631

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro. (12) 3953.6122

SUZANO - (11) 4743.1365
suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas.
(79) 3251.3530 | aracaju@pstu.org.br

TOCANTINS

PALMAS - (63) 8419.9194 pstutocantins.webnode.com

A regulamentação da profissão não é a saída para a prostituição

Por que o projeto do Deputado Federal Jean Wyllis (PSOL) é um retrocesso na luta pela libertação da mulher?

ANA PAGU E RAÍZA ROCHA, de São Paulo

O capitalismo utiliza a opressão à mulher para ampliar sua dominação e seus lucros. Um dos exemplos mais categórico disso é a indústria do sexo. Trata-se de um negócio internacional e altamente lucrativo, cuja rentabilidade só perde para o narcotráfico e a indústria de armas.

Há uma ampla rede que sustenta a indústria do sexo, que vai desde a exportação de mulheres para a exploração sexual (chamado de tráfico de pessoas), às agências do turismo sexual, as casas de prostituição propriamente ditas e o agenciador, o cafetão. A base dessa indústria é a exploração sexual (prostituição) que, por sua vez, é provocada, na ampla maioria das vezes, pela necessidadede de sobrevivência de mulheres pobres, muitas delas negras, adultas ou adolescentes.

No Brasil, durante a colonização, a Coroa portuguesa enviava ao Brasil, as "meretrizes" para servir aos portugueses que aqui se encontravam e ajudar a povoar a terra invadida. As negras escravizadas eram constantemente violentadas e estupradas em benefício dos prazeres sexuais dos senhores. Mas a prostituição avançou enormemente com o processo de urbanização, que levou inúmeras às ruas, tendo como único meio de sobrevivência a escravização sexual de seus corpos.

Hoje, mulheres em situação de prostituição são parte do cenário das grandes cidades brasileiras. E, ao contrário do que se diz, não há nada de fácil nos seus "ofícios". Há uma exposição sistemática a condições degradantes, riscos permanentes de contrair doenças sexualmente transmissíveis, forte exposição às drogas, além da constante violência policial ou mesmo de transeuntes.

Atualmente, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) considera a prostituição como uma ocupação, definindo as mulheres em situação de prostituição como "profissionais do sexo", cujo "trabalho" consiste, fundamentalmente, na realização de programas sexuais. Mas não dá nenhuma proteção a elas, o que gera uma grande contradição: reconhece-se a ocupação, mas diante da ausência de proteção do Estado, elas continuam vítimas da opressão e da exploração.

Com os megaeventos, como a Copa (2014) e asOlimpíadas (2016), nos quais o turismo sexual deve crescer enormemente, o tema volta à tona. Os capitalistas querem aproveitar o "mercado" aberto com a exploração das mulheres para ampliar seus lucros. Discussão que fica ainda mais atual, quando há um projeto que, levando em conta os megaeventos, pretende legalizar a prostituição como profissão.

> Segundo o projeto, a exploração sexual de mulheres estaria legalmente permitida, os cafetões seriam transformados em homens de negócios, as casas de prostituição em "estabelecimentos" de compra e venda de corpo de mulheres para fins sexuais

UM PROJETO PARA PROTEGER A EXPLORAÇÃO, NÃO AS MULHERES

Em 2012, o deputado Jean Wyllis, do PSOL apresentou a Câmara dos Deputados o projeto 4.211/12 de regulamentação da prostituição como profissão, tendo em vista uma preparação do Brasil para os megaeventos

"O Brasil ocupa posição de crescimento econômico e vai sediar dois grandes eventos esportivos que atraem milhões de turistas. A regulamentação da profissão dosexo permitirá alto grau de fiscalização pelas autoridades competentes, além de possibilitar eaté mesmo incentivar o Poder Executivo a direcionar políticas públicas para esse segmento dasociedade (como a distribuição de preservativos, mutirões de exames médicos e etc.)", diz o projeto.

As justificativas apresentadas no PL são de "desmarginalizar" a prática e aumentar o controle e a fiscalização do Estado sobre o "serviço", garantindo, supostamente, proteção às mulheres em situação de prostituição. Mas, na prática, o PL legaliza a exploração sexual e regulamenta a "cafetinagem" em benefício da exploração do turismo sexual. Não conta sequer com o apoio doColetivo de Mulheres do PSOL, que publicou posição contrária ao projeto no último dia 8 de março. Na verdade, trata-se de um retrocesso na luta pela libertação da mulher e uma importante contribuição para a expansão da indústria do sexo e do tráfico de mulheres.

No Brasil, o ato de se prostituir ou consumir a prostituição não são penalizados. Crime é a exploração sexual, ou seja, induzir, aliciar, facilitar a prostituição ou a exploração sexual, bem como dificultar ou impedir que alguém a abandone. As casas de prostituição também são ilegais.

No projeto apresentado há uma proposta de separar prostituição de exploração sexual. Exploração sexual seria: *"1) apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro; 2) o não pagamento pelo serviço sexual contratado; 3) forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência"*. Assim, conforme o projeto, uma mulher que se submete à prostituição não está diante de uma relação de exploração de seu próprio corpo. Se uma terceira pessoa a agencia, e fica com até 50% do valor do "serviço", não seria exploração sexual.

O projeto também define quem seria e o que seriam as tarefas da profissional do sexo: *"profissional do sexo, toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração. § 1º É juridicamente exigível o*

pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata. § 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível”.

Dito de outra forma, as mulheres são consideradas mercadorias, não sujeitos. A exploração sexual de mulheres estaria legalmente permitida: os cafetões seriam transformados em homens de negócios, legítimos “empresários do sexo”; e as casas de prostituição em “estabelecimentos” de compra e venda de corpo de mulheres para fins sexuais.

Através da regulamentação da prostituição, como num passe de mágica, o projeto acredita prever, às “profissionais do sexo”, a garantia aos direitos básicos. O contraditório é que seria esse mesmo Estado que nega emprego, saúde, educação, moradia, transporte, lazer e segurança para as mulheres trabalhadoras e que torna, muitas vezes, a prostituição como a única “opção” possível para elas, que, de acordo com o projeto, garantiria os direitos básicos para exercer a sua “profissão”.

Experiências de regulamentação em países como Alemanha e Holanda mostram um aumento da prostituição, do lucro das empresas com o turismo sexual e do próprio tráfico de mulheres. Na Holanda, por exemplo, o governo chegou a estabelecer uma cota legal de “trabalhadoras sexuais estrangeiras”. Como a esmagadora maioria dessas mulheres é pobre, é quase impossível financiar a sua própria imigração, restando-lhes a sujeição à intermediação de um “empresário de sexo” para conseguir se estabelecer em um “negócio” em outro país. Os passos seguintes são praticamente conhecidos por todos: a mulher assume dívidas com o cafetão e passa a se subordinar aos seus interesses.

No projeto apresentado no Brasil, esta intermediação é vista, inclusive, como um “ato de solidariedade”. Na proposta de alteração dos artigos 231 e 231A do Código Penal, que fala sobre o deslocamento de prostitutas dentro e para o território nacional, *“a facilitação do deslocamento de profissionais do sexo, por si só, não pode ser crime. Muitas vezes a facilitação apresenta-se como auxílio de pessoa que está sujeita, por pressões econômicas e sociais, à prostituição. Nos contextos em que o deslocamento não serve à exploração sexual, a facilitação é ajuda, expressão de solidariedade; sem a qual, a vida de pessoas profissionais do sexo seria ainda pior. Não se pode criminalizar a solidariedade. Por outro lado, não se pode aceitar qualquer facilitação em casos de pessoas sujeitas à exploração sexual”.*

Ainda na Holanda, houve um aumento de 25% no faturamento da indústria do sexo desde que a prostituição foi regulamentada, em 2000. O setor representa, hoje. nada menos que 5% da economia holandesa.

TRADUÇÃO: “Eu não sou lucro”

PROSTITUIÇÃO: UMA FORMA DE ESCRAVIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER

Não é possível equiparar a prostituição a uma profissão, ainda que ela seja exercida comumente no Brasil e ser a forma de subsistência única para muitas mulheres. Não se pode estabelecer a mesma relação entre o patrão que explora a força de trabalho do empregado para produzir uma mercadoria ou um serviço. Isso porque é impossível comercializar o sexo sem comercializar a pessoa, pois a própria mercadoria (corpo) é o meio de produção (corpo). Então, não se trata da venda da força de trabalho, mas da escravização do corpo da mulher, que se transforma em objeto, mediante pagamento.

O sexo, na prostituição regulamentada, passa a ser um serviço oferecido por quem muitas vezes sequer pode decidir fazê-lo, pois a necessidade de sobrevivência se impõe ao desejo de se prostituir. Não se trata de ter uma posição moralista contra quem assim o deseje. Trata-se de ser contra um sistema que exclui as mulheres, as joga em uma situação de pobreza extrema e que, diante da ausência de condições de vida, escraviza seu corpo, naturaliza o machismo e faz desse comércio um negócio lucrativo para os grandes capitalistas.

UMA SAÍDA SOCIALISTA PARA A PROSTITUIÇÃO NÃO PASSA PELA REGULAMENTAÇÃO

A prostituição é uma violência, um problema permanente para as mulheres trabalhadoras e tem crescido com a crise econômica mundial. A burguesia se utiliza da miséria social à qual as mulheres trabalhadoras estão submetidas e da ideologia machista de que as mulheres nada mais são que corpos a serem consumidos, para transformá-las em mercadorias e serem expostas no mercado.

A comercialização de uma relação sexual é um dos exemplos mais categóricos da degradação das relações no capitalismo, tanto para quem é obrigado a estabelecê-la pela necessidade de sobreviver, quanto para quem paga para que ela se realize. Por isso, a sua profissionalização é contrária aos interesses da classe trabalhadora, serve apenas aos grandes capitalistas do sexo.

É necessário, antes de tudo, defender as mulheres que estão em situação de prostituição, sem falsos moralismos ou preconceitos. Elas precisam do direito à aposentadoria como qualquer trabalhador sem emprego e, inclusive, o de se defenderem contra a violência policial. Mas isso não basta. É preciso acabar com a prostituição. A melhor forma de defendê-las é libertando-as da condição de prostituta. São necessárias, para tanto, alternativas que as libertem da situação de extrema vulnerabilidade. É preciso cobrar do governo da primeira mulher presidente condições para que essas mulheres possam decidir sobre suas próprias vidas. Isso só é possível com alternativas que lhes assegurem emprego, renda, educação, saúde, moradia e proteção social. É fundamental garantir oportunidade de emprego e qualificação profissional para que elas possam sobreviver sem ter de recorrer à prostituição. E como parte desse processo, realizar uma ampla campanha contra o machismo, a exploração sexual e a mercantilização da mulher.

Nesse sentido, o projeto 4.211/12 está na contramão da liberdade das mulheres, não protege as que estão em situação de prostituição, não garante a sua diminuição e corrobora com o tráfico de pessoas, além de não oferecer nenhuma alternativa para retirá-las dessa situação. O projeto fortalece o machismo e a exploração, configurando, assim, um desserviço à esquerda brasileira.

Mas o fim da prostituição não se resume à luta contra este projeto, que necessita ser combinada com uma luta contra o sistema capitalista e a construção de uma sociedade socialista, onde não haja classes sociais e se abra o caminho para acabar com qualquer tipo de opressão e exploração. ■

Amanda Gurgel: Um mandato socialista e feminista!

SILVIA FERRARO, de Natal (RN)

A semana do 8 de março começou com as mulheres em luta na cidade de Natal. No dia 4, mais de 100 trabalhadoras terceirizadas encheram a galeria da Câmara de Vereadores para exigir que não fossem demitidas pela prefeitura. O Mandato de Amanda Gurgel organizou as trabalhadoras para lutar contra as demissões e perseguições políticas que estão sofrendo pelas empresas terceirizadas.

No dia 6, a audiência pública convocada por Amanda com o tema *"A Violência contra as mulheres na cidade de Natal e as políticas de proteção"* mobilizou as principais organizações feministas da cidade.

O debate teve como centro a falta de estrutura e recursos que os governos destinam às políticas de proteção às mulheres. Amanda destacou que não basta que as mulheres estejam à frente dos governos, *"temos uma presidenta mulher, uma governadora mulher e até o ano passado uma prefeita mulher e isso não garantiu que a vida das mulheres trabalhadoras melhorasse"*, disse. A vereadora denunciou o ínfimo orçamento, de 0,05%, que a prefeitura de Natal destina às políticas de proteção a mulher, assim como os 0,003% do governo Dilma. *"Dessa forma, a Lei Maria da Penha não sai do papel"*, disse.

No dia 8, centenas de mulheres saíram nas ruas do centro de Natal em um ato construído por várias organizações feministas, sindicatos, entidades estudantis e os partidos PSOL e PSTU. Amanda denunciou a violência física, mas também a violência institucional cometida pelo Estado e pelos governos contra as mulheres, assim como denunciou o ACE e a reforma do código penal. *"Nosso Mandato está a serviço da luta das mulheres trabalhadoras, mas acreditamos que a sociedade capitalista não é capaz de acabar com o machismo e a luta das mulheres deve ser também uma luta contra este sistema que explora e oprime"*, disse Amanda.

Infelizmente, o PT e a CUT resolveram realizar um ato claramente governista.

Cleber Rabelo marcha ao lado das trabalhadoras em Belém

ANDRÉA NEVES, de Belém (PA)

Em ato realizado no Dia Internacional de Luta da Mulher, o vereador Cleber Rabelo foi às ruas ao lado das trabalhadoras de Belém para denunciar o descaso e os ataques dos governos impostos às mulheres. Com a participação de diversas organizações feministas, centrais sindicais e partidos políticos de esquerda, a manifestação terminou às 14h em frente à Prefeitura Municipal.

"Hoje é um dia de luta para as mulheres trabalhadoras contra a exploração e contra a opressão. E nós, do PSTU, não acreditamos que nessa sociedade capitalista se possa acabar com o machismo", disse Cleber.

Dentre os principais temas abordados no ato, a violência contra as mulheres foi um dos principais. Segundo Cleber, as trabalhadoras sofreram por anos, sob o governo do PSDB que não tinha políticas públicas para atender os interesses das mulheres e, agora, depois de 10 anos do PT no poder, essas políticas ainda são muito limitadas. *"Menos de 10% dos municípios possuem delegacias especializadas e menos de 1% dos municípios possuem casas abrigo. Essa é a prova de que Dilma não governa para as mulheres trabalhadoras"*, disse.

A situação em Belém e no estado do Pará não é diferente: contém apenas duas casas abrigo (uma do governo estadual e outra do municipal) para atender toda população feminina. A situação piora quando se fala das condições de funcionamento desses estabelecimentos: *"A casa abrigo do Governo Municipal, que deveria atender 20 famílias, tem um único banheiro, falta cama, os colchões estão no chão e, para piorar, não tem psicólogos e assistentes sociais nos finais de semana para atender as mulheres que sofrem violência e agressão porque não tem dinheiro pra pagar o plantão"*, disse.

A luta pela construção de creches também foi central, pois reflete um dos problemas mais sentidos pelas mulheres trabalhadoras, que muitas vezes ficam impossibilitadas de trabalhar por não terem onde deixar seus filhos. Segundo Cleber, Belém possui uma população de 59.772 crianças até três anos e menos de 7% são atendidas pelas creches. *"Enquanto isso, vemos o governo federal propondo um número bastante limitado de construção de creches, que é de 6 mil, até 2014, enquanto o déficit é de 70 mil, até 2006, no entanto, o governo só entregou 54 creches"*, afirmou o vereador.

Ao final do ato, uma comissão com 14 mulheres, representantes de diversas organizações, foi recebida pelo prefeito de Belém, que agendou uma nova reunião para discutir com essas lideranças as principais pautas de reivindicação das mulheres. Cleber Rabelo esteve presente nessa reunião e acredita que o próximo encontro, para o dia 13 de março, é uma vitória das mulheres e movimentos sociais que *"demonstraram sua força através da mobilização e obrigaram o prefeito a recebê-los"*, disse.

O QUE REPRESENTOU O CHAVISMO?

Páginas 7, 8, 9 e 10

Após dois anos de luta contra o câncer, o presidente da Venezuela Hugo Chávez morreu em Caracas, no dia 5 de fevereiro. O velório do dirigente bolivariano levou uma massa de apoiadores às ruas, demonstrando a popularidade do chavismo. O PSTU não se coloca ao lado da direita que comemora a morte do dirigente venezuelano. Pelo contrário, nos solidarizamos com o povo e os trabalhadores da Venezuela e lamentamos profundamente a dor que compartilham. No entanto, não podemos nos eximir de travar um debate sincero sobre o real significado do chavismo, ainda mais num momento em que o mundo discute o tema e os rumos do país que, por 14 anos, dividiu águas na esquerda em todo o planeta. É hora de uma discussão séria sobre o significado e os rumos do chavismo.

Um país mais dependente e vulnerável

DIEGO CRUZ, da redação

A morte de Hugo Chávez foi lamentada até por setores da esquerda que não o consideravam socialista e que reconheciam as limitações de sua política econômica "bolivariana". No entanto, tais setores viam na figura do presidente um importante contraponto ao imperialismo, exercendo até mesmo um papel de liderança antiimperialista na América Latina. Mas essa visão corresponde à realidade? Até que ponto o governo da Venezuela realmente enfrentou o imperialismo?

UMA ECONOMIA DE MERCADO

Nos 14 anos em que esteve à frente do governo, Chávez implementou uma política de nacionalização parcial como forma de, segundo suas próprias palavras, "avançar" na revolução bolivariana. No entanto, uma década e meia depois, o mercado continua ditando os rumos da economia venezuelana, dominada pelas grandes empresas estrangeiras. Ao contrário do que geralmente se acredita, nos anos do chavismo, o peso do Estado passou de 37% do PIB para 41%. Um avanço, mas absolutamente insuficiente para impor uma economia estatizada e planificada, dirigida aos interesses da grande maioria da população e dos trabalhadores.

Isso ocorre pois, para arrancar a economia do julgo do livre mercado e colocar a produção e as riquezas do país à serviço da população, será necessário romper com as grandes empresas e multinacionais. Isso pressupõe, também, romper com o imperialismo, algo que Chávez nunca cogitou. Seu modelo de revolução abrange uma "economia mista", ou seja, a coexistência entre o setor público e o capital privado. Assim, as nacionalizações que ocorreram se deram através de indenizações e a conformação de empresas mistas entre o Estado e empresas privadas, via aquisição de ações dessas empresas.

Maior exemplo disso ocorre no setor que é carro chefe da Venezuela: o petróleo, cuja produção corresponde a mais de 90% das exportações do país. A PDVSA (Petróleo Venezuela), assim como ocorre hoje com a Petrobras, não é uma empresa inteiramente pública, mas atua em conjunto com grandes petroleiras internacionais, como a Exxon Mobil. Em 2012, poucos meses antes de anunciar a recidiva do câncer, Chávez celebrou um acordo entre a PDVSA e a Shell, com participação da Mitsubishi, no projeto "Mariscal Sucre", de exploração de gás natural na península de Paria. Cerca de 40% da produção do petróleo está nas mãos das transnacionais.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o país exporta petróleo cru, sendo o terceiro maior fornecedor dos EUA, é altamente dependente da importação do produto processado. No final do ano passado, por exemplo, as exportações de gasolina dos EUA para a Venezuela bateram recorde, chegando a 85 mil barris diários. Desde dezembro de 2011, os EUA são o maior fornecedor de gasolina ao país.

O governo Chávez se beneficiou das reservas de petróleo do país, maiores que a da Arábia Saudita, e ao mesmo tempo do elevado preço do produto no mercado internacional na última década, que subiu cerca de 500%. Os recursos do petróleo possibilitaram ao governo venezuelano implementar seus programas sociais como as "misiones" (missões) e financiar a compra de ações das empresas privadas. Por outro lado, aumentou a dependência do país à exportação da matéria-prima e ao mercado internacional.

Na crise internacional desatada em 2008, a Venezuela, foi o país mais afetado do continente, perdendo nada menos que US$ 60 bilhões e entrando em recessão. Ou seja, apesar do discurso nacionalista, a Venezuela, nos anos de Chávez, se tornou um país mais dependente e vulnerável ao mercado internacional e às crises.

Da mesma forma, o governo venezuelano continua pagando em dia a dívida pública do país, que saltou de 14% do PIB, em 2008; para 30%, em 2010. Num momento em que boa parte da América Latina convive com governos que se autodefinem como "de esquerda" ou nacionalistas, Chávez poderia romper com a dívida externa e impulsionar uma onda antiimperialista na região. Mas seguiu o caminho oposto.

Em 2011, o governo venezuelano ainda deixou a esquerda perplexa ao prender o representante das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) que visitava o país (o jornalista Joaquín Pérez Becerra) e enviá-lo ao governo da Colômbia, presidida por Manuel Santos, ex-ministro da Defesa de Álvaro Uribe. Chávez assumiu publicamente a responsabilidade pela medida, que passou ao largo de qualquer lei internacional em defesa dos refugiados e exilados políticos, apenas para atender um pedido do presidente colombiano.

UM PAÍS DEPENDENTE

Os chavistas culpam parte da burguesia venezuelana e o imperialismo pelo constante desabastecimento que atinge a população. Cerca de 20% dos produtos mais procurados estão em falta nas prateleiras dos supermercados, devido ao boicote do empresariado para forçar uma subida nos preços. No entanto, se o governo Chávez estivesse de fato disposto a enfrentar o imperialismo, poderia estatizar as empresas e as multinacionais, colocando a produção e a distribuição dos produtos de acordo com as necessidades do povo venezuelano. Poderia, ainda, investir na ampliação e diversificação da economia e da indústria, superando a enorme dependência do mercado externo. Hoje, o país importa nada menos que 60% dos alimentos que consome. As importações alcançaram o índice de US$ 56 bilhões, no ano passado.

Para o imperialismo só interessa que a Venezuela continue exportando o petróleo que necessita, pagando sua dívida pública, comprando os vários produtos que importa do mercado internacional, e mantendo um ambiente de estabilidade política para que as multinacionais continuem dando as cartas no país. Tudo o que Chávez e o chavismo, infelizmente, não se opõem. ■

VENEZ
PARA C

Um dos mais importantes debates contemporâneos no interior da esquerda socialista diz respeito ao "socialismo do século 21", supostamente implementado por Chávez na Venezuela. As nacionalizações, a diminuição da pobreza, entre outras medidas, são apresentadas como passos nesta direção. Mas é preciso perguntar: a Venezuela realmente caminhou em direção a um novo modo de produção distinto do capitalismo?

JEFERSON CHOMA, da redação

Em 14 anos de governo Chávez, a Venezuela esteve longe de avançar sequer um passo na superação do capitalismo. Pelo contrário, o chavismo manteve as características fundamentais do sistema do capital, com políticas que reforçaram a propriedade privada, o poder do Estado burguês e beneficiaram as ações das multinacionais.

O QUE DIZ A HISTÓRIA

O balanço sobre o "legado socialista" de Chávez precisa ser realizado sob a luz das experiências revolucionárias da história.

Durante a Revolução Russa de 1917, por exemplo, os bolcheviques colocaram em prática um conjunto de medidas transitórias para o socialismo. No terreno da economia, expropriaram os latifundiários, nacionalizaram as terras e distribuíram-nas aos camponeses pobres,

CORTEJO FÚNEBRE DE HUGO CHÁVEZ nas ruas de Caracas

ZUELA CAMINHA O SOCIALISMO?

estabeleceram o controle operário da produção e da distribuição de mercadorias por meio de conselhos operários e camponeses (os sovietes), romperam acordos com o imperialismo, além de instituírem o monopólio estatal do comércio exterior. Todas essas ações visavam a eliminação da propriedade privada e a implementação de uma economia socializada e planificada pelo novo Estado operário.

Tais medidas econômicas de transição possibilitaram uma elevação das condições de vida dos trabalhadores. Do país mais atrasado da Europa, a Rússia transformou-se numa potência mundial, apesar das travas da burocracia stalinista. Outro exemplo foi a revolução cubana, que possibilitou o país sustentar pod décadas os melhores índices sociais da América Latina. Hoje essas conquistas estão sendo destruídas pelo retorno do capitalismo na ilha.

Algo bem diferente se passa na Venezuela de Chávez. A principal riqueza da Venezuela, o petróleo, continua dando lucro às multinacionais. Nem mesmos as limitadas nacionalizações modificaram este quadro.

Na medida em que o capitalismo foi preservado no país, as condições de vida dos trabalhadores não passaram por nenhuma grande alteração. Na verdade são iguais (senão piores) as condições da classe trabalhadora brasileira, enfrentando problemas como baixos salários, desemprego, superexploração e uma explosão da violência urbana.

A manutenção do capitalismo e das multinacionais na Venezuela deixa os trabalhadores na mais completa exploração. O índice de desemprego no país é de 8%, ou seja, semelhante aos altos índices apresentados em toda América Latina. Em fevereiro, o governo desvalorizou o Bolívar Forte em 46,5%, o que agravou mais ainda a desproporção entre o aumento do custo de vida e a redução dos salários reais.

O salário mínimo pago à maioria dos venezuelanos é de 2.047 bolívares, ou US$ 324 dólares de acordo com a cotação oficial. No entanto, na cotação praticada nas ruas, no paralelo, o valor do salário mínimo cai para US$ 120 dólares ou R$ 240 reais. Ou seja, um valor muito abaixo do salário mínimo brasileiro (R$ 678 reais) ou até mesmo do mínimo pago no Paraguai (R$ 770) e Colômbia (R$ 648).

GREVE DOS SANITÁRIOS EM MARACAY é duramente reprimida pelo governo Chavez, em 2007

Por outro lado, o valor da cesta básica é de 8.083,52 bolívares forte (U$S 1.283 dólares). O poder de compra dos salários ainda é corroído pela inflação. No período da sua presidência, o indicador ficou em 21,8% ao ano e a inflação acumulada entre 2008 e 2012 foi de 130,9%, segundo o Banco Central do país.

Como se vê, a economia do país está sujeitada às leis de mercado, ou seja, pelas grandes empresas, como é demonstrado pelos constantes desabastecimentos e pela alta inflação, que poderiam ser suprimidas pela estatização dos meios de produção e distribuição.

DIMINUIÇÃO DA POBREZA, MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE

A diminuição da pobreza extrema na Venezuela é apresentada por muitos como prova inconteste da socialização da riqueza do Estado. De fato, houve uma queda da pobreza extrema. Caiu de 49,4% em 1999, quando o militar assumiu a presidência, para 29,5% em 2011, segundo a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Apesar da redução, a pobreza extrema na Venezuela é maior do que a média da América Latina, de 28,8%. Além disso, grandes problemas sociais estão longe de serem resolvidos e o abismo entre pobres e ricos ainda é imenso. Segundo os próprios dados oficiais de 2010, 20% da população detém 45% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres receberam apenas 6%.

A diminuição da pobreza tem a ver com a proliferação de programas sociais como as Missões. Com esse programa, os setores mais pobres do país obtiveram, pela primeira vez, acesso à atendimento médico e alfabetização. Mas achar que isso representa um "passo ao socialismo" é mais do que distorcer a realidade.

Na verdade, esse tipo de programa social foi defendido energicamente pelo Banco Mundial nos anos 90. Com as privatizações, destruição de empregos, aumento da miséria, o banco passa a defender políticas sociais para "compensar" a pobreza produzida pelo capitalismo e evitar revoltas sociais. O que se vê na Venezuela é a aplicação dos maiores programas sociais deste tipo, que apenas atenuam as chagas do capitalismo. Tais políticas também foram adotadas por outros governos do continente (sejam de "esquerda" ou de direita, como o de Fernando Henrique Cardoso).

As Missões são similares ao Bolsa Família. Nem por isso se diz que o Brasil avança em direção ao socialismo.

CLASSES SOCIAIS

Defensores do "socialismo do século 21" se esquecem de outra lição do marxismo: a de que o socialismo significa o fim da classe dos proprietários dos meios de produção. A Venezuela ficou anos luz deste objetivo. Não só as velhas oligarquias do país continuaram intactas, como se gestou durante o governo de Chávez uma nova burguesia. A chamada "boliburguesia" prosperou à sombra do governo.

A "boliburguesia" surgiu de ações parasitas e da corrupção do Estado, agindo como intermediários dos seus negócios com empresas privadas, ou ainda ganhando dinheiro especulando com a crise inflacionária vivida no país.

Em geral são velhos aliados de Chávez ou altos funcionários do Estado. O mais importante "boliburguês" é, sem sombra de dúvidas, o atual presidente do Congresso DiosdadoCabello e companheiro de armas de Chávez no levante militar de 1992. Ele se tornou dono de várias empresas e três bancos.

COMO FICA O ESTADO BURGUÊS?

A abolição do capitalismo significa também o fim do Estado burguês. O Estado na forma como o conhecemos hoje é um conjunto de instituições que tem a função de preservar o sistema capitalista.

Na Revolução Russa, os bolcheviques "quebraram" o aparato de Estado burguês e o substituíram pelo Estado operário baseado no poder dos conselhos operários e camponeses. Os conselhos seriam formados por representantes eleitos em suas ramificações nas fábricas e bairros, onde também seriam eleitos os responsáveis pela administração dos respectivos setores urbanos.

Chávez nunca se propôs destruir o Estado burguês. Sua proposta era reformar a democracia burguesa para controlar melhor o poder político. Por isso, realizou uma reforma na constituinte e criou seu partido (PSUV) para controlar o movimento de massas do país.

Estas reformas agregaram uma característica cada vez mais autoritária à democracia burguesa venezuelana. Muitos trabalhadores sentiram isso na pele quando foram à luta por suas reivindicações. A repressão brutal, assassinatos e perseguições se abateram nas greves dos trabalhadores de Sanitários Maracay, da Mitsubishi entre outras.

Por fim, o pilar fundamental do Estado burguês, as Forças Armadas (FA), foram (e continuam) o principal ponto de apoio do governo chavista, que as manteve intactas e organizadas dentro de um molde burguês, no qual os trabalhadores não têm nenhum controle sobre as armas. ■

O chavismo depois de Hugo Chávez

EUCLIDES DE AGRELA, de Fortaleza (CE)

A morte de Chávez levanta muitas especulações sobre o futuro político do país e do próprio chavismo como corrente política. Ainda antes da sua morte, Chávez designou o atual vice-presidente da República, Nicolás Maduro, como herdeiro, sucessor e candidato a presidente. No mesmo dia 5 de março, Maduro assumiu interinamente a presidência da República, com o apoio da Assembleia Nacional e das Forças Armadas Bolivarianas.

NOVAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM 14 DE ABRIL

Segundo a Constituição venezuelana, em seu artigo 233, em caso de morte do presidente da República, novas eleições devem ser convocadas em 30 dias . O Conselho Nacional Eleitoral já marcou a eleição para 14 de abril. Não há nenhuma ameaça de uma suposta conspiração militar de direita ou uma pretensa intervenção imperialista. Por agora, tudo caminha para se resolver nos trilhos da democracia burguesa.

Já estão confirmadas as candidaturas de Nicolás Maduro, pelo PSUV, e de Henrique Capriles Radonski, pela Mesa de Unidade Democrática (MUD), que aglutina a oposição de direita e obteve, nas últimas eleições presidenciais, em outubro do ano passado, 44,31% dos votos (contra 55,07% de Hugo Chávez). Tanto o governo quanto a oposição de direita pregam a paz, a união e o respeito à constituição, na medida em que se debaterão novamente em breve nas urnas.

Dificilmente Maduro perderá as novas eleições presidenciais. A morte de Chávez conspira a favor da vitória do seu herdeiro político que obterá, possivelmente, uma vantagem maior que a do próprio Chávez contra Capriles. Para garantir a eleição de Maduro, o chavismo se mostrará monolítico e inquebrantável. Mas, depois das eleições de 14 de abril, as primeiras trincas e fendas não tardarão a aparecer.

HETEROGENEIDADE E DISPUTAS NO CHAVISMO

Como movimento político-social, o chavismo não é nada homogêneo. Socialmente, trata-se de um amalgama de oficiais das Forças Armadas, proprietários privados, intelectuais e militantes dos movimentos populares e sindicais. Sem sombra de dúvidas, uma das suas principais alas é aquela formada por dirigentes oriundos das Forças Armadas, como o tenente reformado Diosdado Cabello, atual presidente da Assembleia Nacional. Cabello é considerado um dos homens mais ricos da cúpula chavista, acusado de enriquecimento ilícito e um dos maiores representantes da chamada "direita endógena", ou seja, da ala direita do chavismo.

Uma segunda ala seria vinculada aos movimentos populares, sindicais e intelectuais de esquerda. Maduro, de origem civil, ex-militante da Liga Socialista (partido de origem maoísta), ex-dirigente sindical e muito bem relacionado com Cuba e o regime dos irmãos Castro, seria o principal representante desta pretensa ala esquerda do chavismo. Além disso, Maduro nunca foi associado a qualquer escândalo de corrupção. Com este perfil, trata-se do homem perfeito para ganhar os corações e as mentes das massas populares para a sucessão presidencial.

Outra ala com bastante peso é formada por proprietários privados que enriqueceram através de negócios com o Estado, particularmente aqueles organizados na "Empresários por Venezuela" (EMPREVEN). Fazem parte desta ala, inclusive, ex-oficiais do exército feitos burgueses durante os últimos 14 anos, como o próprio Diosdado.

Mas nenhuma destas frações é tampouco homogênea. Muito pelo contrário. Por exemplo, aparentemente não houve nenhuma divergência entre elas na indicação de Maduro como presidente interino e candidato do chavismo às próximas eleições. Tanto que o ministro da Defesa, o almirante Diego Molero Bellavia, em recente declaração comprometeu as Forças Armadas com *"a missão de levar Nicolás Maduro à presidência da República"*.

O chavismo como movimento político-social é muito parecido com os movimentos nacionalistas burgueses de cunho bonapartista que surgiram na primeira metade do século 20 na América Latina, encabeçados por lideranças carismáticas como Getúlio Vargas, no Brasil; Juan Domingo Perón, na Argentina e Lázaro Cárdenas, no México. Todos estes possuíam uma composição político-social bastante heterogênea, desde alas bonapartistas, democráticas, sindicalistas e socialistas. A morte do grande líder carismático levou (mais cedo ou mais tarde) a lutas internas entre as diferentes alas e perda de força política, a exemplo da completa falência da herança getulista no Brasil contemporâneo; ou mesmo do caso do renascimento do peronismo sob a forma caricata do governo de Cristina Kirchner, atual presidente da Argentina. O chavismo não poderá fugir ao mesmo destino.

NICOLÁS MADURO será possivelmente o próximo presidente da Venezuela e terá que enfrentar as prováveis disputas internas, dentro do próprio chavismo

CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA

Passadas as eleições presidenciais, possivelmente o maior drama do chavismo não será a luta contra a oposição de direita, mas a disputa entre suas diferentes frações pelo controle do aparato do Estado, das Forças Armadas, da Petróleos da Venezuela (PDVSA), das verbas orçamentárias e dos programas sociais. A deteriorização da situação econômica do país potencializará muito provavelmente estas disputas pelas benesses dos negócios do Estado.

A política econômica do chavismo tornou a economia venezuelana ainda mais dependente do petróleo, responsável atualmente por 96% das exportações do país. Isto é ainda mais preocupante na medida em que a produção petrolífera nestes 14 anos caiu para 2,5 milhões de barris ao dia, quase um milhão de barris a menos de quando Chávez assumiu a presidência. Não há carisma e propaganda capazes de resistirem muito tempo a presente crise econômica, que tem por base a contradição entre a crescente dependência das exportações de petróleo e a queda da sua produção.

Chávez, agora na condição de mártir, não conseguirá ajudar Maduro a impedir que, mais cedo ou mais tarde, mesmo as políticas sociais compensatórias e a redução dos índices de pobreza sofram as consequências da crise econômica e do agravamento das disputas internas entre as diferentes frações do chavismo.

Desgraçadamente, desde 1999, a maioria das organizações de esquerda venezuelana, mesmo de origem trotskista, aderiu incondicional ou parcialmente ao chavismo, sendo incapaz de construir uma verdadeira alternativa operária e socialista. Após a morte de Chávez, o desafio de construir uma organização operária e socialista alternativa ao chavismo, capaz de ganhar influência de massas, está colocada como uma tarefa inadiável. ■

As lutas se encontram no Congresso da ANEL

II Congresso da ANEL é a alternativa para unificar as lutas da juventude.

CLARA SARAIVA, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

Em todo canto do planeta, a juventude tem ido às ruas lutar. Uma nova geração volta a sonhar com outro mundo, inovando seus métodos de luta com irreverência e ousadia. São parte de um fenômeno mundial de reorganização do movimento, que se expressa com força na Europa e países árabes. Sua luta foge ao controle dos governos e ditaduras, que no aprofundar da crise econômica seguem retirando direitos e precisam cooptar o movimento. A juventude indignada e os rebeldes da "Primavera Árabe", porém, não serão facilmente adestrados e atropelam os aparatos tradicionais. Assim como se lê num cartaz na Praça "Puerta Del Sol", em Madrid, é a geração "sem educação, sem trabalho, sem moradia e sem medo". Sua disposição é superar o velho mundo.

Nesse processo, novos instrumentos estão surgindo. O movimento estudantil se fortalece e se reorganiza. No Chile e no Canadá, estudantes param o país em greves da educação e constroem novas ferramentas de luta como o "Classe" canadense. O movimento estudantil volta a ocupar seu lugar na história e ser parte ativa, junto com os trabalhadores, da construção do futuro.

AS LUTAS SE ENCONTRAM NO CONGRESSO DA ANEL

No Brasil, desde 2009, a Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre! (ANEL), cumpre o papel de construir um novo movimento estudantil. A fundação da entidade é expressão do processo de reorganização, quando a UNE abandonou as ruas para entrar nos gabinetes, servindo de "ministério estudantil" do governo do PT. As lutas da juventude, desde então se constroem por fora e apesar da UNE. Quase quatro anos se passaram mostrando a importância de existir uma alternativa de organização a nível nacional para os estudantes, que resgate a independência, a democracia, a aliança com os trabalhadores deixada para trás pela UNE. Já é um fato, hoje, que existem duas entidades do movimento estudantil brasileiro: a velha UNE e a ANEL. A Juventude do PSTU, desde o início, apostou em sua construção.

Nos dias 30 de maio a 2 de junho, será realizado o II Congresso Nacional da ANEL, em Juiz de Fora (MG). Desde o processo da sua construção até uma programação repleta de debates vivos e atividades culturais, será uma excelente oportunidade de unificar milhares de estudantes para se preparar para os desafios que virão. Vivemos um momento muito rico em nosso país. A juventude, sensibilizada pelas inúmeras injustiças sociais, se organiza pela internet e vai às ruas lutar por um país diferente. Seja em apoio à resistência dos Guarani-Kaiowá, dos operários e comunidade de ribeirinha de Belo Monte, dos moradores do Pinheirinho; seja contra as remoções e arbitrariedades da Copa e das Olimpíadas; seja pra tirar Renan Calheiros do Senado; pra não deixar aumentar as passagens de ônibus; contra a violência e a opressão às mulheres, negros e LGBTs, o Congresso da ANEL será o lugar onde todas essas lutas se encontrarão.

> Congresso da ANEL irá retomar as pautas da greve e avançar na luta por 10% do PIB já para construir outro projeto de educação.

LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Em 2012, vivemos a maior greve da educação da última década, que entrou para a história do movimento estudantil. Aliados aos professores universitários, funcionários e demais servidores federais, os estudantes entraram em greve denunciando a situação de precarização das universidades federais, após cinco anos de REUNI, e exigindo melhorias. O governo Dilma vem implementando um modelo de educação que, por um lado, busca baratear os gastos transformando as universidades em "escolões de 3º grau" e, por outro, volta a produção de conhecimento a serviço do mercado, com projetos financiados por empresas, fundações de apoio e a implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para privatizar os Hospitais Universitários. O Congresso da ANEL irá retomar as pautas da greve e avançar na lutar por 10% do PIB já para construir outro projeto de educação.

CARTAZ do Congresso começa a ser colado nas escolas e universidade do país.

O LUGAR DOS LUTADORES

Se havia quem tivesse dúvidas sobre a necessidade de organizar nacionalmente os estudantes de forma independente, a greve provou que é possível. Impulsionado pela ANEL, foi formado o Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE), que durante aquele período foi direção incontestável do movimento estudantil, reunindo as principais lideranças de cada universidade votadas nas assembleias de base, com funcionamento permanente em Brasília. O CNGE levou a frente a Pauta Unificada Nacional de reivindicações, negociou com o governo e se articulou com ANDES, SINASEFE, FASUBRA. E, acima de tudo, provou a necessidade de haver um instrumento que unifique o movimento estudantil independente do governo federal. Mais do que isso! Mostrou que é possível ter uma entidade superior à UNE.

Se foi a ANEL que impulsionou a construção do CNGE, foi também a entidade que cristalizou seus aprendizados, programa e concepção de movimento estudantil. A ANEL está impulsionando a construção da Jornada de Lutas de abril para que em cada universidade e escola o movimento estudantil se organize e lute por suas reivindicações específicas e nacionalmente na Marcha em Brasília do dia 24. Exigiremos do Ministério da Educação que reabra a negociação da Pauta do CNGE com a ANEL e demais entidades estudantis.

Diante desta realidade, chamamos os companheiros da juventude do PSOL, que impulsionam coletivos para disputar a UNE, a fazer uma reflexão. Se estiveram conosco na construção do CNGE e viram a necessidade de uma entidade alternativa à UNE; se sua participação nos fóruns da UNE estão limitados pela burocratização e governismo, só servindo para legitimar as traições da velha entidade; se estarão em unidade conosco nas universidades e escolas, na construção da Jornada de Lutas em abril, na defesa dia a dia de uma educação pública, gratuita e de qualidade; o lugar de vocês é no II Congresso da ANEL.

MILHARES DE DELEGADOS SERÃO ELEITOS EM TODO O PAÍS

De norte a sul, a ANEL começa a eleger os delegados para participar do II Congresso. Serão três meses de muitos debates, assembleias, votações, venda de rifas e campanhas financeiras, até a vinda dos ônibus de cada canto do país para Juiz de Fora. Chegou a hora de colocar a mão na massa e construir a história! Vamos em frente, lutando ao lado da juventude indignada de todo o mundo, defender nosso direito ao futuro.

Todos a Brasília no dia 24 de abril!

É necessário e possível disputar a classe trabalhadora para outro projeto

SEBASTIÃO CARLOS "CACAU", de São Paulo

O ano 2013 começou com uma importante luta de resistência às demissões na GM de São José dos Campos (SP). A tendência ao aumento da polarização social cresce, ainda que no marco do apoio majoritário ao governo e com reflexos ainda limitados da crise econômica em nosso país. A resposta do governo tem sido mais incentivo aos capitalistas, desoneração da produção e incentivo ao consumo e ao crédito para os trabalhadores. Empurra a crise com a barriga, sabendo que o Brasil já sente os primeiros reflexos.

Embora não seja um fenômeno generalizado, a desaceleração em setores da indústria está levando à ameaça de fechamento de fábricas, pela patronal, como a Novellis e Liasa, em Minas Gerais. No apagar das luzes de 2012, a Vulcabrás\Azaleia fechou várias fábricas na Bahia. Já a companhia aérea Gol demitiu centenas de trabalhadores oriundos da Web-Jet, e bancos, como o Itaú e Santander, promoveram milhares de demissões. Há, portanto, uma importante reorganização em setores da economia, com consequências negativas para os trabalhadores.

> O objetivo é defender os direitos sociais e trabalhistas e denunciar a política econômica do governo federal que resulta em ataques aos trabalhadores

LUTAS

Lutas seguem ocorrendo nesse início de ano, com destaque para a vitoriosa greve dos operários do Comperj que ultrapassou a burocracia sindical; a luta dos servidores públicos municipais de Teresina, dirigida pelo Sindserm e a greve no porto de Santos. E tanto o governo quanto os patrões seguem com uma política de ataques aos trabalhadores e criminalização das lutas.

Junto com isso, há uma antecipação do debate eleitoral com a defesa de um segundo mandato para Dilma, enquanto o PSDB responde com a candidatura de Aécio Neves. Outros setores burgueses também se movimentam, como o PSB. E a ex-Senadora Marina Silva acaba de lançar seu partido, junto com Heloísa Helena, que rompeu com o PSOL, e outros políticos de partidos burgueses.

As alternativas da frente popular e da direita são iguais no que diz respeito ao enfrentamento da crise. Nesse aspecto, há uma unidade programática quanto ao que fazer para enfrentar a crise e garantir os lucros dos capitalistas.

É necessário construir, sem desconsiderar as mediações da realidade e o peso social ainda reduzido da esquerda socialista, outro campo por fora das alternativas burguesas e da frente popular.

NOVOS ATAQUES PODEM VIR POR AÍ

A agenda do governo para esse ano está recheada de ataques direto a nossa classe. Além da proposta do ACE, há pelo menos outros cinco projetos de lei tramitando no Congresso, com o objetivo de desbloquear o caminho para a flexibilização dos direitos trabalhistas.

A desoneração da folha de tributos das empresas, da contribuição previdenciária e outras medidas de desoneração fiscal que o governo vem adotando será compensada por um ataque brutal ao direito à aposentadoria, o fator 95/105 (leia ao lado).

Essas são exigências das grandes empresas em todo o mundo. É o que fomenta a crise e a luta nos países da Europa. É o que leva a GM a ameaçar fechar suas portas em São José dos Campos. Para responder à crise, os capitalistas precisam manter, recuperar e ampliar suas margens de lucro.

Construir a resistência a esses processos é o único caminho para evitar que os ataques em curso se transformem em derrota de nossa classe e imponham um retrocesso aos trabalhadores no Brasil.

A IMPORTÂNCIA DA JORNADA DE LUTAS

A jornada que a CSP-Conlutas e outras entidades vem construindo é imprescindível para que os trabalhadores se coloquem em campo, enfrentem as medidas do governo e dos patrões e incidam sobre os setores majoritários do sindicalismo, atrelados aos projetos do governo.

A jornada pode se converter numa importante ação de setores da classe, fortalecendo a unidade e coordenando as lutas.

Para isso é necessário ir à base e fazer uma intensa agitação política das reivindicações levantadas na jornada, denunciando as medidas do governo e dos patrões e apontando outra saída, de nossa classe, para a crise. Essa ação é fundamental para formar a massa crítica necessária para os enfrentamentos que seguramente virão, com a intensificação da crise e consequentes ataques aos direitos dos trabalhadores.

AVANÇAR NO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DA CLASSE

A CSP-Conlutas segue se afirmando como principal pólo organizado, ainda que minoritário, de resistência às políticas de governo. A jornada deve servir para avançar na unidade com outras organizações que, rompendo a disciplina imposta pela CUT e demais centrais governistas, estão conosco na defesa dos interesses dos trabalhadores. Não haverá um desenlace positivo no enfrentamento ao governo sem a construção de organizações de massa, que possam mobilizar a classe em defesa dos seus direitos imediatos e históricos.

Um bom exemplo é o que ocorre no campo hoje. O governo Dilma tem os índices mais baixos, desde o governo Sarney, de assentamentos e distribuição de terra. Ao mesmo tempo, o agronegócio tem sido um dos setores mais beneficiados pela política do governo. É um setor da economia que tem segurado os índices de crescimento e está em estreita relação com o governo Dilma. A Feraesp (Federação de Assalariados Rurais de São Paulo) e o MST do Pontal do Paranapanema (SP), ao lançarem

MARCHA EM 2011

JOÃO ZINCLAR

uma campanha de mobilização contra o agronegócio, se colocam como alternativas aos ataques que vem sofrendo os trabalhadores do campo.

Entre os servidores federais, um dos setores mais atacados desde o governo Lula e que, em 2012, realizou a mais longa greve da história, num processo de unificação no qual a CSP-Conlutas teve papel decisivo, ocorre o mesmo, com a Condsef e outras entidades se colocando à frente da mobilização em defesa do funcionalismo.

CONSTRUIR NA BASE A JORNADA E A MARCHA A BRASÍLIA

Os ativistas do movimento sindical, dos movimentos populares e da juventude estão chamados a construir a jornada e a marcha a Brasília no dia 24 de abril, o que exigirá um grande esforço de toda a militância.

A marcha é chamada pela CSP-Conlutas e diversas organizações, como a CUT Pode Mais, CNTA, Cobap, Condsef, CPERS e entidades nacionais e sindicatos locais. O objetivo é defender os direitos sociais e trabalhistas e denunciar a política econômica do governo federal que resulta nesses ataques.

Em cada luta que ocorrer ou campanha salarial que se inicia, a realização da marcha deve ser uma referência no calendário. A jornada busca unificar e dar um sentido comum às lutas em curso. Não se trata de agitar apenas um discurso politizado nas categorias e movimentos sociais, mas construir a unidade na luta em torno a um programa de enfrentamento aos patrões e aos governos.

Com esse desafio, estamos convocados a ir às bases e organizar uma ampla agitação no próximo período, combinada com a mobilização de setores da classe, com iniciativa e política junto aos trabalhadores.

Uma marcha governista

Seis centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CGTB e UGT) fizeram uma manifestação em Brasília no último dia 6. A manifestação reuniu por volta de 25 mil pessoas, segundo a polícia.

Apesar de desvinculada dos movimentos reais dos trabalhadores nesse momento e organizada em base ao fortíssimo aparato destas centrais (regado pelo imposto sindical obrigatório), não se pode negar o peso e a importância da atividade.

As centrais apresentaram uma pauta de reivindicações e foram recebidas pela presidente Dilma. A marcha ocorreu em meio a um debate pesado entre a CUT e Força Sindical. Diversos dirigentes tiveram que dar declarações ressaltando a unidade e que não existiria nenhum "racha" entre as centrais com o governo.

A SEIS CENTRAIS fizeram um ato, no último dia 6 de março, em Brasília

Há, de fato, uma unidade entre as centrais na defesa das políticas do governo, mas há insatisfação nas bases dessas entidades com o tratamento dado pelo governo em relação às centrais. Lula esteve recentemente com as direções da CUT e da Força Sindical. Pediu o apoio para a reeleição de Dilma, mas a Força se reuniu com Eduardo Campos (PSB), aspirante à cadeira de presidente da república.

O Ministro do Trabalho, Brizola Neto (PDT), está na berlinda e pode cair a qualquer momento. O PDT tem fortes laços com a Força Sindical, do deputado Paulinho (SP), que flerta com setores da oposição burguesa.

Dirigentes da CUT e da Força também bateram boca por conta da greve dos portuários de Santos, contra a Medida Provisória 595. A MP avança na privatização dos portos e retira dos sindicatos o poder de contratação de mão de obra. Esse segundo elemento, detonou a mobilização capitalizada pela Força Sindical. Já a CUT, que dirige uma federação nacional, se colocou contra a greve e desautorizou as declarações do Paulinho, que chama uma nova greve no dia 19 de março.

PARA ONDE MARCHA A DIREÇÃO DA CUT?

A CUT vem enfrentando crises internas importantes. Em relação à proposta do Acordo Coletivo Especial (ACE) regionais da CUT e sindicatos, como a Apeoesp em São Paulo, rejeitam a proposta. Também há crise na discussão da anulação da reforma da Previdência. A direção da CUT se recusou a assumir a luta pela anulação da reforma de 2003, comprada com dinheiro do mensalão. Os compromissos com o governo impedem a CUT de assumir essa bandeira e, assim, optaram por ficar ao lado dos mensaleiros contra os servidores públicos, principais prejudicados pela reforma.

A direção da CUT está a favor de uma nova reforma da Previdência, não combate o ACE, está contra a anulação da reforma de 2003, ou seja, está na contramão dos interesses dos trabalhadores nos principais temas de debate. Mas precisa se colocar em cena. Por isso o eixo da convocação da marcha do dia 6 foi a defesa de direitos, da redução da jornada, contra o fator previdenciário e outras bandeiras justas, mas que de fato não são a pauta em discussão com o governo.

O governo já anunciou que vai usar a fórmula 85/95, apresentada pelas centrais em substituição ao fator previdenciário, como trampolim para um projeto ainda mais perverso contra os trabalhadores, a fórmula 95/105, num espaço de dez ou doze anos.

Ou seja, para aposentar, as mulheres teriam que alcançar o fator 95 e os homens 105, entre idade e tempo de contribuição mínimo de 35 anos para a previdência. Isso significa quase 40 anos de trabalho para as mulheres e 45 para os homens, para quem entrar no mercado de trabalho aos 16 anos de idade.

As direções da CUT, Força e CTB, que defendem o novo fator, seguem caladas. As bases dessas entidades devem reagir e não aceitar tamanha cumplicidade.

A marcha do dia 6 não questionou nenhuma das políticas fundamentais do governo federal. Ao contrário, será utilizada para barganhar pequenas concessões às centrais e garantir o apoio à reeleição de Dilma ■

Bolívia: nasce o Partido dos Trabalhadores

PASSEATA mostra a força do novo partido.

Convocado pela Central Operária Boliviana (COB), foi realizado, nos dias 7 e 8 de março, o 1º Congresso Nacional Político Sindical dos Trabalhadores da Bolívia. O congresso tinha a missão de fundar pela primeira vez, um instrumento político próprio dos trabalhadores.

NERICILDA ROCHA, de La Paz (Bolívia)

A reivindicação de um Instrumento Político próprio dos Trabalhadores (IPT) já é antiga, mas ganhou força em 2003, quando uma revolução expulsou o governo neoliberal de Gonzalo Sánchez de Lozada. Na época, se discutia a possibilidade dos trabalhadores ocuparem o poder por meio da COB. Vale recordar que, na Bolívia, esta possibilidade se fez presente nas revoluções de 1952, 1971, 1985 e se repetiu em 2003. Mas, devido às direções que sempre preferiram saídas no caminho da conciliação de classes, os operários nunca tomaram o poder.

A chegada ao governo de Evo Morales e do MAS gerou enormes expectativas na classe operária, e mais ainda nos camponeses e povos indígenas, fazendo que a reivindicação de formar um partido próprio dos trabalhadores ficasse em segundo plano. No entanto, ainda que nos primeiros anos do governo primasse o discurso das nacionalizações e algumas concessões aos trabalhadores, as coisas começaram a mudar após o pacto em torno a Nova Constituição, realizado entre Evo Morales e os representantes da burguesia da chamada "Meia Lua" (região que envolve os departamentos de Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija, todos na parte Oeste da Bolívia), hoje extinta politicamente.

Pouco a pouco, os trabalhadores e setores dos povos indígenas começaram a se dar conta do que estava por trás do discurso de *"refundação de Bolívia e processo de mudança"*. O pacto entre Morales e a burguesias promoveu mudanças significativas no primeiro texto da Constituição. A Constituição, que terminou sendo aprovada no referendo de janeiro de 2009, garantindo a propriedade privada dos meios de produção em mãos da burguesia, além de manter os bons negócios para as multinacionais e a manutenção do latifúndio.

Os ataques aos trabalhadores começaram a partir de 2010, com a tentativa de impor uma reforma trabalhista que facilitava as demissões e restringia o direito de greve. A resposta foi a primeira greve operária sob o governo de Evo. A luta conseguiu frear a reforma. Em dezembro de 2010, Evo anunciou o "gasolinazo", medida que pretendia aumentar o preço do barril de petróleo pago às multinacionais e pôr fim ao subsidio dos combustíveis à população. A medida desatou uma semana de lutas intensas nas ruas da cidade de La Paz, que parecia um campo de guerra. Mas uma vez o governo recuou da medida.

> O Grupo Luta Socialista, seção da LIT-QI, defendeu no congresso uma Plataforma Política na qual afirmava que o mais importante na organização do novo partido seria garantir o poder de decisão para as bases.

Para atender aos interesses das multinacionais petroleiras e da construtora brasileira OAS, em 2011 o governo começa a construção de uma estrada que corta o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), medida que enfrentou a imediata resistência dos povos indígenas deste lugar e de terras baixas (Oeste do país). A situação piorou para o governo depois da decisão de impedir a chegada da marcha à sede do governo, recorrendo a uma brutal repressão, desatou uma onda nacional de apoio à marcha indígena. Trabalhadores, estudantes e o povo em geral (que) saíram às ruas para receber a marcha expressando sua rejeição à medida. Até hoje o governo não conseguiu impor a construção da estrada.

Diante destes fatos, a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros de Bolívia (FSTMB) resgatou em seu 31º Congresso Mineiro, realizado em Potosí em setembro de 2011, a resolução de que os trabalhadores deveriam construir seu próprio IPT. A resolução foi ratificada como mandato orgânico no 15º Congresso da COB, realizado na cidade de Tarija em janeiro de 2012. No entanto, esta resolução vinha sendo postergada em grande parte pelo papel dos dirigentes da COB, da FSTMB e de outras organizações sindicais. De maneira disfarçada, continuavam colaborando com o governo de Evo e adiando a fundação do IPT.

LUTAS SOCIAIS EM 2012

Finalmente, em 2012, a classe operária voltou à cena com força, defendendo-se dos ataques do governo, produto de um pacto realizado com os empresários, a *"Cumbre gubernamental con el sector de los empresarios"*. O primeiro ataque foi a tentativa de aumentar a jornada trabalhista (de 6 para 8 horas) para os trabalhadores da saúde, sem incorporação à Lei Geral do Trabalho (LGT), o que gerou uma greve de quase três meses, fazendo com que o governo retrocedesse.

No segundo semestre de 2012 ocorreu o conflito de Colquiri, onde os trabalhadores mineiros exigiram do governo a expulsão da multinacional Sinchi Wayra (Suíça), encarregada de operar a mina. Pediam a nacionalização de 100% da mina. Evo resistiu a atender a reivindicação, e depois de muita luta aceitou fazer uma nacionalização parcial da mina, entregando outra parte aos donos da Cooperativa Mineira 26 de Fevereiro. Este conflito foi a gota d'água que fez o copo transbordar. Os mineiros concluíram que o governo apoia os donos das cooperativas que vendem os minérios que extraem para as multinacionais.

A partir daí ganhou força a resolução sobre a criação de um IPT, tendo como base os mineiros, os trabalhadores das fabricas, da saúde etc. A pressão sob a direção da FSTMB e da COB resultou na convocação de uma Conferência política e sindical, realizada em Cochabamba nos dias 17 e 18 de janeiro. A conferência que decidiu convocar um congresso de fundação do IPT, no distrito mineiro de Huanuni.

UM GRANDE PASSO PARA O PROLETARIADO BOLIVIANO

O Congresso foi organizado por uma Comissão Política encabeçada pela COB

MANCHA representou CSP-Conlutas no Congresso.

e pela FSTMB, que elaboraram os documentos de princípios, programa e estatuto. Os setores abertamente governistas decidiram não participar do congresso, uma vez que eles seriam minoritários no evento. Isso porque a convocação seguiu os critérios estatutários da convocação dos congressos da COB onde os mineiros, operários das fábricas, professores e trabalhadores da saúde conformam a grande maioria.

CONGRESSO DE FUNDAÇÃO

O congresso teve como abertura uma marcha por todo o distrito mineiro de Huanuni, seguida das intervenções em plenário da FSTMB, da COB, de um representante da Comissão Política e da saudação da CSP-Conlutas, única organização internacional que fez uso da palavra na abertura do congresso.

Ao longo de dois dias, os cerca de mil e duzentos delegados, a maioria mineiros, mas também representantes de outras categorias operárias, além da juventude e de mulheres mineiras, por exemplo, debateram o caráter e o programa que deveriam adotar. Ainda que muitas coisas ficaram de ser precisadas - foi votado a realização de um seminário que aprofundará o debate da direção e funcionamento interno – ficou definido no estatuto que o nome do IPT é Partido dos Trabalhadores, além de uma direção provisória de 13 pessoas, eleita entre os representantes dos principais setores que conformam a COB. Todos os organismos do PT deverá ser composto com 50% de mulheres e será permitida a formação de grupos de opinião e tendências no interior do partido, mas não de correntes políticas. Este tema foi uma das grandes polêmicas no congresso.

O Grupo Luta Socialista, seção da LIT-QI na Bolívia, apresentou e defendeu no congresso a Plataforma Política "PT de luta e democrático", onde afirmava que o mais importante na organização do novo partido seria garantir que as bases possam se organizar em células e ter poder de decisão; que a mais ampla democracia permitirá o fortalecimento do PT; que o partido deve ter absoluta independência frente ao governo de Evo Morales e dos patrões para cumprir as tarefas propostas pela revolução de outubro de 2003, que foram abandonadas e traídas por Evo e o MAS.

> A grande tarefa será a de afirmar o PT, fazendo com que o partido encabece as lutas sociais incorporando todos os trabalhadores que já fizeram a experiência com Evo.

O debate sobre a posição do PT diante do governo foi um dos mais importantes do congresso. O documento apresentado pela Comissão Política não defendia contundentemente a necessidade da independência perante Evo Morales. Além do Grupo Luta Socialista, os mineiros de Huanuni também apresentaram uma plataforma política que dizia contundentemente que o PT deve ser independente do governo e dos patrões. No final houve uma fusão dos dois documentos. Os princípios e programa aprovados foi reafirmado que o PT será um partido antimperialista, anticapitalista e que tem como tarefa fazer com os trabalhadores governem o país, por meio de uma revolução social. O partido defende ainda a necessidade do socialismo, a luta direta das massas e também por meio do parlamento. O PT se declara independente do governo e dos patrões. Por fim, deixa claro que *"que o PT não tem parentesco com o PT de Lula da Silva no Brasil que traiu aos trabalhadores brasileiros"*.

O GRANDE DESAFIO

O processo de fundação do PT, com todos os limites que possam existir, é o resultado da experiência da vanguarda operária com o governo de frente popular de Evo Morales, o que possui enorme importância.

As bases estão pressionando as direções para que se dê uma forma política à embrionária reorganização sindical, para que se possa organizar todos os setores descontentes com a frente popular em uma nova ferramenta política. No congresso ficou claro que sentimento geral nas bases é o de construir uma alternativa à esquerda do MAS.

Assim, se retoma o debate histórico de que são os trabalhadores que devem governar, aglutinados ao redor da COB. A grande tarefa será a de afirmar o PT, fazendo com que o partido encabece as lutas sociais incorporando todos os trabalhadores que já fizeram a experiência com Evo. Dotar o partido de um plano de luta que unifique setores e reivindicações propostas e o primeiro passo para afirmar o PT como um instrumento de luta à esquerda do MAS.

O Grupo Luta Socialista vai dedicar todas as suas forças para a construção do PT como uma saída para fortalecer a classe operária, para que ela possa crer em suas próprias forças e, assim, construir uma direção revolucionária.

Um passo adiante na articulação internacional dos trabalhadores

DA REDAÇÃO

A realização do Encontro Internacional Sindical, entre os dias 22 a 24 de março em Paris, pode ser um passo adiante muito importante na articulação internacional do sindicalismo alternativo. Trata-se de um momento que deve ser acompanhado por todos os ativistas que entendem a importância de uma resposta internacional articulada dos trabalhadores.

Com o domínio das burocracias sindicais e reformistas, as mobilizações têm muitas vezes dificuldades para atingir um alcance mesmo nacional. Assim, é muito mais difícil enfrentar as multinacionais que fazem chantagens ameaçando transferir sua produção para outros países. Conseguir uma articulação internacional é ainda mais difícil e limitado. As centrais sindicais internacionais são ligadas à social-democracia ou a algum aparato stalinista, e ajudam a bloquear as mobilizações.

Em 2012, ocorreu pela primeira vez na história uma greve geral europeia com peso maior em Portugal e Espanha, mas gerando mobilizações em vários países europeus. As burocracias sindicais dirigentes desses países utilizaram essas mobilizações para conseguir desbloquear as negociações com os governos, sem nenhum compromisso de continuidade na luta. Mas a greve unificada foi um exemplo internacionalista para os trabalhadores de todo o mundo.

Isso dá mais importância ainda para a realização desse Encontro no coração da Europa, em um momento em que as lutas se reaquecem com a greve geral na Grécia, a mobilização gigantesca realizada no dia 2 de março em Portugal e mobilização de peso na Espanha convocada para 16 de março.

Existe já em curso um importante processo de reorganização em muitos lugares ao compasso da experiência que vai sendo feita com as burocracias sindicais colaboracionistas. O Encontro Internacional deve reunir representações de 30 países, com um peso desigual de região para região. Mas o que pode se verificar desde já é que não se trata das direções majoritárias do sindicalismo destes países (hegemonizada pelas burocracias), tampouco de setores marginais. Em geral são representações de sindicatos importantes em cada um desses países, ou de articulações do sindicalismo alternativo com algum peso.

A realização do encontro se dá em um momento no qual as lutas se reaquecem com a greve geral na Grécia, a mobilização realizada no dia 2 de março em Portugal e mobilização convocada para 16 de março na Espanha.

Não é por acaso que o Encontro tenha sido convocado pela CSP-Conlutas do Brasil e pelo Solidaires da França, duas expressões de importância na reorganização sindical desses países.

Do Estado Espanhol vão estar presentes representantes de grande parte do sindicalismo alternativo como Cobas (Comissões de Base) de Madrid, a CGT (Central Geral dos Trabalhadores), Intersindical, assim como do sindicalismo das nacionalidades do País Basco e da Catalunha. A articulação dessas correntes possibilitou um ato de 60 mil pessoas em Madrid na última greve geral europeia.

Da Inglaterra participarão do encontro membros da direção do RMT, o sindicato nacional de transporte, que tem impulsionado lutas juntos com outros países europeus. Também da Inglaterra participará uma representação da TUC Merseyside que, ao lado do RMT, está promovendo conferências para unificar o ativismo em um plano de luta com chamados a greve geral no país. Da Itália vão membros do No Austerity, recém fundada coordenação do sindicalismo alternativo, que inclui algumas das lutas mais importantes atuais do país. Virão representantes de sindicatos do Egito, Tunísia e Marrocos, expressando outro pólo das grandes lutas que sacodem o mundo no Norte da África e Oriente Médio. Da América Latina, além da CSP-Conlutas estarão representantes do Paraguai, Peru e Chile, estando em discussão a presença também dos mineiros bolivianos.

Temas de suma importância estarão na pauta. O mais importante tem a ver com a construção ou não de uma rede internacional de articulação do sindicalismo alternativo. Essa rede pode ter importância para a efetivação da solidariedade em cada uma das lutas nacionais. E poderia também incorporar campanha políticas comuns onde exista acordo. Pode servir de pontos de apoio e atuar em segmentos dos trabalhadores com peso de massas como transportes, mineiros e outros setores onde esses sindicatos estão já implantados. O caso recente da mobilização da GM, em São José dos Campos, onde houve uma articulação de sete países para apoiar a luta dos metalúrgicos é uma mostra do que pode ser encaminhado pela rede a ser formada.

MANIFESTAÇÃO 2M, no dia 2 de março, em Portugal.